

Contradições e Desafios na Educação Brasileira 4

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Willian Douglas Guilherme

(Organizador)

Contradições e Desafios na Educação Brasileira

4

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C764	Contradições e desafios na educação brasileira 4 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Contradições e Desafios na Educação Brasileira; v. 4) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-376-7 DOI 10.22533/at.ed.767190106 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 370.710981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” foi dividido em 4 volumes e reuniu autores de diversas instituições de ensino superior, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas em vários estados brasileiros. O objetivo desta coleção foi de reunir relatos e pesquisas que apontassem, dentro da área da Educação, pontos em comuns.

Neste 4º e último Volume, agrupamos os artigos em torno dos temas “Dialogando com a História da Educação Brasileira” e “Estudo de casos”, sendo, na 1ª parte, 17 artigos e na 2ª, 11 artigos, fechando a coleção.

A coleção é um convite a leitura. No 1º Volume, os artigos foram agrupados nas “Ações afirmativas e inclusão social” e “Sustentabilidade, tecnologia e educação”. No 2º Volume, abordamos a “Interdisciplinaridade e educação” e “Um olhar crítico sobre a educação”. No 3º Volume, continuamos com a “Interdisciplinaridade e educação” e trazemos a “Educação especial, família, práticas e identidade”.

Entregamos ao leitor o livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” com a intenção de cooperar com o diálogo científico e acadêmico e contribuir para a democratização do conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DITADURA CIVIL-MILITAR E A EDUCACAO NA BAHIA: CERCEAMENTO POLÍTICO E CONTINUIDADE DO PENSAMENTO LIBERAL DE ANÍSIO TEIXEIRA E NAVARRO DE BRITTO	
<i>Daniela Moura Rocha de Souza</i> <i>João Carlos da Silva</i> <i>Maria Cristina Nunes Cabral</i> <i>Lívia Diana Rocha Magalhães</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7671901061	
CAPÍTULO 2	16
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CAMPINA GRANDE-PB: PRIMEIRAS ASPIRAÇÕES ACERCA DA CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL (1958-1960)	
<i>Pâmella Tamires Avelino de Sousa</i> <i>Niédja Maria Ferreira de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7671901062	
CAPÍTULO 3	28
A PRÁXIS PEDAGÓGICA NO ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE PORTO NACIONAL/TO	
<i>Márcia Dall’Agnol</i> <i>Denise Regina da Costa Aguiar</i> <i>Michel Santos Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7671901063	
CAPÍTULO 4	40
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM CLASSES MULTISSERIADAS DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI-PA	
<i>Edineuza Pantoja Moraes</i> <i>Benedito de Brito Almeida</i> <i>Sara Concepción Chena Centurión</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7671901064	
CAPÍTULO 5	51
ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RORAIMA: GREVE DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ANO DE 2015	
<i>George Brendom Pereira dos Santos</i> <i>Mikaelly Cristiny de Almeida Pereira</i> <i>Sebastião Monteiro Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7671901065	
CAPÍTULO 6	66
AS CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Amelioene Franco Rezende de Souza</i> <i>Laís Leni Oliveira Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7671901066	

CAPÍTULO 7	78
CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA OMNILATERAL: UMA POSSIBILIDADE ATRAVÉS DA FILOSOFIA SOCIAL MARXIANA	
<i>Zuleyka da Silva Duarte</i> <i>Belkis Souza Bandeira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7671901067	
CAPÍTULO 8	94
DOCUMENTÁRIO: HISTÓRIA DE VIDA DE PROFESSORES ENTRE O PESSOAL E O PROFISSIONAL	
<i>Thiago Batista Assis</i> <i>Flomar Ambrosina Oliveira Chagas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7671901068	
CAPÍTULO 9	110
HÉLIO OITICICA, AUGUSTO BOAL E PAULO FREIRE: PROPOSIÇÕES ANTROPOFÁGICAS E INTERCULTURAIS PARA O ENSINO DE ARTE	
<i>Ivete Souza da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7671901069	
CAPÍTULO 10	127
INCOMPATIBILIDADE ENTRE E O CURRÍCULO PROPOSTO PELA REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A FINALIDADE DOS INSTITUTOS FEDERAIS	
<i>Marcelo Velloso Heeren</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010610	
CAPÍTULO 11	137
INDÚSTRIA CULTURAL E EDUCAÇÃO	
<i>Mariano Luiz Sousa dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010611	
CAPÍTULO 12	143
LEI 10.639/2003: UM ESTUDO SOBRE A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DE AÇÕES EXTENSIONISTAS EM BRAGANÇA-PA	
<i>Morgana da Silva Pereira</i> <i>Raquel Amorim dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010612	
CAPÍTULO 13	148
LENDAS, PARLENDAS E CONTOS: ENSINANDO COM A CULTURA POPULAR	
<i>Benedito de Brito Almeida</i> <i>Edineuza Pantoja Moraes</i> <i>Samara de Souza Machado</i> <i>Jânio Guedes dos Santos Lobato</i> <i>Jones da Silva Gomes</i> <i>Raiane Ribeiro Cardoso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010613	

CAPÍTULO 14	160
ORIGEM DO SERVIÇO DE PARQUES INFANTIS NO ESTADO DO AMAZONAS	
<i>Pérsida da Silva Ribeiro Miki</i>	
<i>Kelly Rocha de Matos Vasconcelos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010614	
CAPÍTULO 15	170
PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: MÚSICA COMO METODOLOGIA DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Daniela Rezende de Souza</i>	
<i>Laís Leni Oliveira Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010615	
CAPÍTULO 16	181
POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA: 2006-2015	
<i>Silvia Sofia Scheid da Silva</i>	
<i>Maria de Fátima Rodrigues Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010616	
CAPÍTULO 17	196
SEJAM BEM VINDOS! OS SENTIDOS DA PASSAGEM DE UM MUSEU DE CIÊNCIAS ITINERANTE NO DISCURSO DO PÚBLICO PARTICIPANTE	
<i>Ana Carolina de Souza Gonzalez</i>	
<i>Wedencley Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010617	
CAPÍTULO 18	207
A NOTÍCIA COMO SITUAÇÃO EMERGENTE DO COTIDIANO PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA E LÍNGUA PORTUGUESA	
<i>Débora Perdoná</i>	
<i>Jonas Daniel do Amaral Pinto</i>	
<i>Leticia Gomes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010618	
CAPÍTULO 19	210
A PERCEPÇÃO E APLICAÇÃO DA LEI 11.645/08 NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS DO CURSO DE ARTES CÊNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	
<i>Andressa Christiny do Carmo Batista</i>	
<i>Valeska Ribeiro Alvim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010619	
CAPÍTULO 20	222
A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ: ENTRE A LÓGICA DO MERCADO E DO MUNDO DO TRABALHO	
<i>Joelson Juk</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010620	

CAPÍTULO 21	239
AMBIENTALIZAÇÃO DO CURRÍCULO A EXPERIÊNCIA EM CURSO NO CEFET-MG	
<i>Cynthia A. Bello</i>	
<i>José Geraldo Pedrosa</i>	
<i>Gleison Paulino Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010621	
CAPÍTULO 22	253
ANÁLISE DA APLICABILIDADE DE FILMES DE ANIMAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ENSINO EM CIÊNCIAS E BIOLOGIA	
<i>Pâmela Beatriz do Rosário Estevam dos Santos</i>	
<i>Vivian Cristina Costa Castilho Hyodo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010622	
CAPÍTULO 23	267
APLICAÇÃO DE CONCEITOS E PRÁTICAS DE ATIVIDADES DO MOVIMENTO MAKER NA EDUCAÇÃO INFANTIL – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL 1	
<i>Roberta Emile Lopes de Oliveira</i>	
<i>Camila Amorim Moura dos Santos</i>	
<i>Edmar Egídio Purcino de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010623	
CAPÍTULO 24	278
ATIVIDADES LÚDICAS E ROTINA PEDAGÓGICA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS A PARTIR DO ESTÁGIO EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Dione Martins Magalhães</i>	
<i>Dayane Fernandes Ferreira</i>	
<i>Eraldo Carlos Batista</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010624	
CAPÍTULO 25	292
DIAGNÓSTICO DE SINALIZAÇÃO EM TRILHAS TURÍSTICAS: PARQUE MUNICIPAL DO MINDU - MANAUS/AM	
<i>Heleno Almeida Lima</i>	
<i>Claudio Nahum Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010625	
CAPÍTULO 26	308
RELATO DE OBSERVAÇÃO DE ESPAÇOS FORMAIS E NÃO FORMAIS	
<i>Marcela dos Santos Barbosa</i>	
<i>Lucas Antunes Tenório</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010626	
CAPÍTULO 27	317
SABERES DOCENTES: A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA NORMAL DE CRUZEIRO DO SUL-ACRE	
<i>Maria Irinilda da Silva Bezerra</i>	
<i>Alisson Lima Damião</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010627	

CAPÍTULO 28 328

UM ESTUDO SOBRE A POTENCIALIDADE DO MAPA CONCEITUAL PARA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DOS CONCEITOS CIENTÍFICOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Felipa Pacífico Ribeiro de Assis Silveira

DOI 10.22533/at.ed.76719010628

SOBRE O ORGANIZADOR..... 340

ORIGEM DO SERVIÇO DE PARQUES INFANTIS NO ESTADO DO AMAZONAS

Pérsida da Silva Ribeiro Miki

Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Manaus – Amazonas.

Kelly Rocha de Matos Vasconcelos

Secretaria Municipal de Educação, Manaus – Amazonas.

RESUMO: O objetivo deste estudo, resultante de uma pesquisa de mestrado, é compreender os aspectos históricos dos Parques Infantis no Estado do Amazonas. A história social e cultural fundamenta esta pesquisa sobre a realidade educacional e social das décadas de 1930 e 1940 no Amazonas, construindo relações entre os cenários local, nacional e mundial. Por meio de pesquisa documental, foram analisadas 1872 publicações de Diários Oficiais do Estado do Amazonas entre os anos de 1937 a 1943, dos quais apenas 178 documentos traziam alguma informação sobre o tema. Em 1940 o prefeito de Manaus Antônio Botelho Maia cria o Serviço Municipal de Parques Infantis na capital e inicia a construção do primeiro Parque Infantil no Parque 10 de novembro que foi inaugurado no dia 19 de abril de 1943, em homenagem ao aniversário do então presidente Getúlio Vargas. No dia 6 de setembro de 1944, inaugurava-se um velódromo em um outro PI: o Parque Infantil Ribeiro Júnior, em comemoração à Semana

da Pátria, onde foi possível perceber o caráter cívico e patriótico que se revelava na finalidade eugênica destes espaços educativos não formais.

PALAVRAS-CHAVE: Parques Infantis. Parques Infantis no Amazonas. História da Educação no Amazonas. Políticas para a infância.

ABSTRACT: The objective of this study, resulting from a master's research, is the historical aspect of the Children's Parks in the State of Amazonas. The social and cultural history of research on the educational and social reality of the 1930s and 1940s in the Amazon, in the country and in the world. Through documentary research, 1872 publications of Official Gazettes of the State of Amazonas were analyzed between 1937 and 1943, of which only 178 documents brought some information about the subject. In 1940 the mayor of Manaus Antônio Botelho Maia creates the Municipal Service of Children's Parks in the capital and begins the construction of the first Children's Park in Parque 10 de Novembro which was inaugurated on April 19, 1943, in honor of the birthday of then President Getúlio Vargas. On September 6, 1944, inaugurated in November 2011, the Infantile Park Ribeiro Júnior, in commemoration of the Week of the Motherland, was an event that could be civic and patriotic that was revealed in the eugenic exhibition of no formal educational spaces.

KEYWORDS: Children's Parks. Children's Parks in the Amazon. History of Education in the Amazon. Policies for childhood.

1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem a preocupação de estudar, em âmbito local, a existência das instituições educacionais reconhecidas como “Parques Infantis”, na década de 1940, no estado do Amazonas.

Além disto, objetiva-se: contextualizar os pressupostos históricos determinantes para a existência de um serviço de Parques Infantis (PIs) no Amazonas, explicando os motivos políticos que deram origem a esse serviço.

No Amazonas, pretende-se revelar aspectos da origem e propagação dos PIs e as possíveis relações que permearam este cenário, a partir da perspectiva da história social e cultural. Em um levantamento preliminar nos sítios acadêmicos, observou-se que de 33 (trinta e três) teses e dissertações, levantadas até setembro de 2017, 21 (vinte e uma) possuem como tema principal os Parques Infantis em algumas cidades do Brasil, 12 (doze) tratam do período histórico brasileiro, no qual o início desta pesquisa se situa, ou seja, décadas de 1930 e 1940 do século XX, das quais 7 (sete) são sobre o cenário histórico e político deste período na cidade de Manaus e apenas uma, destas sete últimas, cita brevemente o então prefeito Antônio Botelho Maia.

Isto abriu uma incógnita na qual se buscou compreender qual seria o motivo da ausência de pesquisas com relação aos Parques Infantis no Amazonas? Quais as motivações do prefeito Antônio Botelho Maia em informar às autoridades de que um Parque Infantil seria construído em Manaus? Qual seria a veracidade desta informação? Ou ainda, a importância ou impacto para o contexto da época? Buscamos uma compreensão não apenas da instituição parque infantil em si, mas das relações políticas, sociais e culturais existentes nele, no período delimitado para isso, de 1936 a 1941, justamente por não se tratar de um trabalho *educêntrico*.

Por isso, fez-se necessário pesquisar que criança estas instituições (Parques Infantis) visavam atender e que concepções de infância se defendia, examinando-se as políticas educacionais do período a partir de uma perspectiva social e cultural, com fundamentação na lógica histórica e no materialismo histórico. (THOMPSON, 1981; BURKE, 2005).

Para o estudo destes aspectos, surgiram dificuldades advindas da escassez de literatura e de fontes que pudessem fornecer informações sobre o assunto e de encontrar pessoas que se disponibilizassem em fornecer informações sobre o tema. Além disto, nos registros iconográficos da época poucas informações sobre a infância dos pobres foram encontradas.

2 | CONSTRUINDO NEXOS ENTRE OS PARQUES INFANTIS NO BRASIL E NO MUNDO

Esta pesquisa sobre a história da educação infantil caminha pelas instituições voltadas para a infância. Observou-se que esta temática, marginalizada pela história oficial, se apresenta relevante pelos movimentos historiográficos atuais. A infância, vista como uma condição da criança está atraindo o interesse dos pesquisadores, como afirma Balsera:

Em las três últimas décadas escribir sobre la infancia em la historia o sobre la historia de la infancia há sido um tema que estaba de moda (Bardet, 2003; Becchi y Julia, 1998; Fass, 2004 y 2006; Padilla y otros, 2008; [...]) Parece haber existido como uma espécie de ajustes de cuentas no solo com la historia, sino com la experiencia pessoal de los adultos, y también um encuentro com los niños y niñas de otros mundos y de otras épocas. Esta explosión historiográfica también tiene que ver mucho com el contexto em ele que se há producido, marcado por unas décadas donde la situación de vulnerabilidad de la infancia se há hecho más visible. (2015, p.8).

Os estudos sobre os parques infantis se apresentam com diferentes explicações quanto à sua origem. Kulhmann Júnior e Fernandes (2014) trazem uma classificação de Silva (2008) em dois tipos: o de autores que atribuem a Mário de Andrade a influência direta na criação destes espaços (ABDANUR, 1994; FARIA, 1999; GOBBI, 2004); e o outro ao dos que observam a influência de outros agentes e instituições. (FILIZZOLA, 2002; SANTOS, 2005; GUEDES, 2006).

Miranda (1941) apresenta duas causas as quais são classificadas como “causa remota” e “causa próxima”. A primeira relacionada às ideias de Froebel, e a segunda “às condições político-sociais da Alemanha, após a Guerra Franco-Prussiana.” (p. 4).

Na América, a partir de 1800 já existiam em Boston espaços recreativos para as crianças, o que se consolidou com a “Playground Association of America” (PAA), em 1906. (GOMES, 2003).

Christianne Luce Gomes, em sua tese de doutorado intitulada “Significados de recreação e lazer no Brasil: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)”, revela o pioneirismo da prefeitura da cidade de Porto Alegre em implantar no ano de 1926, um serviço de recreação trazido dos Estados Unidos, pelo professor Frederico Guilherme Gaelzer, a partir de seus conhecimentos e experiências relacionados à Educação Física nas Associações Cristãs de Moços (ACMs), e defendeu a ideia da recreação no Brasil, onde “deveriam ser implantados, nos municípios brasileiros, ‘Jardins de recreio’, [...] ‘praças de desportos’ ou ‘praças de recreio’.” (GOMES, 2003, p. 106). Para isto, foram instaladas praças inspiradas nas existentes no Uruguai, e similares às vistas por Galzer nos EUA, onde eram realizadas atividades semelhantes às que se realizavam nos parques alemães. (GOMES, 2003).

Encontramos ainda em produções de André Dalben (2016) e Nicanor Miranda (1941) registros de outras formas de recreação e educação ao ar livre. Para Dalben, “o

primeiro equipamento de recreação infantil de São Paulo, construído no Parque Dom Pedro II” teve sua inauguração no final de 1931, na gestão do prefeito Anhaia Mello. (DALBEN, 2016, p. 18). Neste contexto, dentro das relações sociais e culturais nas quais os parques infantis se encontravam, há também o caráter recreativo da proposta dos parques infantis, que foi considerado como um dos aspectos desta investigação.

No entanto, parece que esta preocupação com o local de instalação destes parques revela que a finalidade aparente nos documentos legais seria a da recreação, dentro de um contexto histórico e social no qual estava inserida a instituição e seus sujeitos. Sua origem seria impulsionada por um projeto de nacionalização, de influência norte-americana, nas relações internacionais, que já eram presentes em um momento anterior, especialmente quanto ao Brasil e aos demais países latino-americanos, o qual se buscava modernizar a sociedade brasileira. (KUHLMANN Jr., 2002).

Ao se realizar um levantamento preliminar, encontramos um indício, no documento de Nicanor Miranda, da existência de um Parque Infantil em Manaus, criado pelo prefeito Botelho Maia. Com isso, tem-se como compromisso epistemológico tentar revelar o que está oculto, silenciado há mais de sete décadas, levantando algumas possibilidades para o motivo deste silêncio. Este silenciamento é observado em documentos primários, jornais e diários oficiais, onde os relatos sobre experiências das crianças aparecem “incompletos na melhor e distorcidos na pior das hipóteses”. (HISIUNG, 2005, p. 4). Trata-se de um espaço em branco, citado por Chartier (1990), e que será aqui usado à luz da teoria da história, no intuito de “organizar o passado em função do presente”, fazendo o que Febvre chamou de função social da história. (FEBVRE, 1985).

Esta organização só é possível mediante os documentos encontrados que provavelmente estejam adormecidos em caixas, em armários, ou em depósitos de arquivos. Trata-se de “letra morta”, as quais ninguém antes se “abalçou a sacudir a poeira desses velhos papéis.” (FEBVRE, 1985, p. 257-258). A partir do momento que esses documentos são descobertos, eles passam a ter voz, e deixam de ser indícios.

Uma vez encontrados, estes documentos puderam ser revelados por meio da análise do pesquisador, na forma de “vestígios ou indícios que permitem a reconstrução sempre submetida ao controle, das realidades que os produziram”, esclarecendo que:

A questão sugeriu durante muito tempo uma resposta de tipo filológico, ligando a verdade da escrita histórica ao correcto exercício da crítica documental ou ao devido manejo das técnicas de análise dos materiais históricos. Esse exercício ou esse manejo podem ser sujeitos a controlo, verificando ou desqualificando, numa base inteiramente técnica, os enunciados históricos que produzem. Apoiada deste modo nos seus processos mais objectivos, a história pode, ao mesmo tempo, ser diferenciada da fábula ou da ficção e ser validada como reconstituição objetiva do passado conhecido através de indícios, isto é, da realidade reconhecida a partir dos seus vestígios. (CHARTIER, 1990, p. 85).

No decorrer da investigação a partir das fontes encontradas e problematizadas pudemos construir a narrativa que, “[...] Se os seus textos são ficções, como o são

em certo sentido, constituindo-se de composições literárias, a matéria-prima dessas ficções são fatos verificáveis”. (HOBSBAWM, 1998, p. 286-287).

3 | PARQUES INFANTIS NO AMAZONAS: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O ano de 1937 foi decisivo em muitos aspectos referentes às políticas educacionais no Brasil e inicia com uma nova organização do Ministério da Educação e Saúde e com a instituição das Conferências Nacionais de Educação e Saúde, por meio da Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937:

Art.90. Ficam instituídas a Conferência Nacional de Educação e a Conferência Nacional de Saúde, destinadas a facilitar ao Governo Federal o conhecimento das atividades concernentes à educação e à saúde, realizadas em todo o país, e a orientá-lo na execução dos serviços locais de educação e de saúde, bem como na concessão do auxílio e da subvenção federais. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1941, p. 5).

O Amazonas era governado por Álvaro Maia que em 1º de fevereiro de 1937, por meio do Decreto n.112, instituía o Departamento de Educação e Cultura, sendo nomeado para o cargo de diretor o professor Themistocles Gadelha que assume as responsabilidades da antiga *Diretoria-Geral-da-Instrução-Publica*. (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 3 de maio de 1937, p 55).

O Ministro Gustavo Capanema durante a posse dos diretores do Departamento Nacional de Saúde e do Departamento Nacional de Educação proferiu discurso onde reafirma o seu objetivo de:

[...] articular-se estreitamente com os governos estaduais e os particulares, a fim de prestar-lhes cooperação e assistência, não só técnica como financeira. Para tornar possível esta ação nacional, a que procederá uma constante vigilância em torno das necessidades reais do país, no tocante ao ensino ou à saúde, foi que a citada refórma instituiu as delegacias federais de educação, e as de saúde, tantas quantas em regiões em que, para esse efeito, dividiu o território nacional. (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937, p. 56).

O atendimento à escolarização no Amazonas era insuficiente diante da demanda de crianças em idade escolar, uma das ações governamentais foi a construção de pavilhões de Madeira, com a justificativa de falta de verbas, devido à falta de espaços formais de educação. Estes pavilhões foram inspirados em países com grandes recursos, a exemplo dos Estados Unidos. Neles havia aposentos para professora, e ficavam localizados “na estrada de Flores, bairros de Flores, Educandos, São Raimundo, Bombeamento, Curari, [...] outros em Janauacá, Autaz Miri, Atumã e Benjamin Constant”. Os pavilhões de madeira eram considerados como uma alternativa duradoura de construção, pois poderiam resistir por mais de 20 anos. (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 3 de maio de 1937, p. 57).

Políticas de proteção à infância eram criadas e a educação “aparece como

um fator estruturante da sociedade ‘moderna’”. (FREITAS, KUHLMANN Jr., 2002, p. 465). Dois documentos da década de 1940 revelam a política governamental dos Pls relacionada ao estado do Amazonas. O primeiro de caráter nacional, que instigou essa investigação, de Nicanor Miranda, intitulado *Origem e Propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos* (1941), que informa que um Parque Infantil estaria sendo construído na cidade de Manaus, conforme um documento informativo encaminhado pelo prefeito de Manaus. Isso nos motivou a pesquisa no *Diário Oficial do Estado do Amazonas* a partir do ano de 1937, onde encontramos, na data de 19 de fevereiro de 1940, a comprovação da criação do Serviço de Parques Infantis na Prefeitura Municipal de Manaus.

O documento *Origem e propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos*, de Nicanor Miranda (1941) não cita a autoria de Mário de Andrade na criação dos Pls, provavelmente, devido ao seu afastamento do cargo de diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, neste período.

A existência dos Pls no Amazonas, de acordo com o Diário Oficial do Estado do Amazonas (19/02/1940), traz o Ato de criação nº135 do Serviço de Parques Infantis na cidade de Manaus/AM, feito pelo Prefeito Antônio Botelho Maia, vinculado ao Juizado de Menores da Capital. Essa criação foi mencionada por Nicanor Miranda (1941), ao defender a proliferação dos Pls no Brasil.

Esta política foi engendrada no período conhecido como Estado Novo, que vigorou entre 1937 a 1945. O objetivo pertencente a essa política era de ocupar as crianças e adolescentes com atividades diversificadas, durante o período em que não estavam na escola. (KUHLMANN Jr, 2000; 2002; NAGLE, 2009; HILSDORF, 2011).

No Amazonas, essa política talvez não tenha iniciado de forma estruturante, pois a direção do Pls deveria ficar sob a responsabilidade da psicologia infantil ou da pedagogia, porém sem remuneração. Cabia à prefeitura o fornecimento de “livro de registro, fichário, aparelhos de cultura moral, intelectual e física, e aparelhos de antropometria.” (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 19 de fevereiro de 1940, p. 3).

A previsão de instalação do Pls na zona Mindu, no Parque Municipal 10 de Novembro, em construção em 1940, era justificada pela área ampla com jogos, campos e abrigos, com destinação aos “menores”, dentro de uma concepção médico-sanitarista, além do caráter civilizatório. Assim, a comprovação da existência dos Parques Infantis no Amazonas ampliam as possibilidades para os estudos sobre a história da educação na infância carente de investigações, especialmente no Estado do Amazonas.

Diante escassez de recursos financeiros, adotavam-se medidas paliativas, a exemplo das escolas de emergência, dos pavilhões de madeira e da má remuneração, falta de valorização e falta de investimento na formação do professor, especialmente no interior do estado. Diante disso, estima-se que o investimento em políticas sociais começou com a construção de espaços não formais alternativos, onde a criança operária, no discurso do governo, teria acesso à educação, à saúde e à prática

recreativa, sendo retiradas das ruas, diminuindo, assim, o quantitativo de crianças recolhidas pelo juizado, proporcionando-as um espaço seguro e prevenindo-as da ociosidade.

Em edição comemorativa do 5º aniversário do Estado Novo, o Diário Oficial do Amazonas trouxe alguns detalhes da construção do Parque Dez de Novembro, como uma das realizações da administração da prefeitura de Manaus entre 1935 e 1941:

Com o intuito de contribuir para a cultura física da infância e juventude foi iniciada em 1939 a construção de um grande parque, que recebeu posteriormente a denominação de “10 de NOVENBRO”, à margem do igarapé do Mindú. Ocupando uma área de 50 hectares, constituída de terreno silico-argiloso e coberta por um admirável bosque natural[...] recortado por um igarapé de águas cristalinas e dista cinco quilômetros do centro urbano.[...] O igarapé está moldado à feição de piscina no sentido N.S.L.O., tendo o eixo L.O. cem metros de comprimento e o N.S. cinquenta e dois e meio metros por quinze de largura em toda a sua extensão.[...] Por entre o arvoredo estão construídos pavilhões em estilo japonês e marajoara e em local pitoresco do parque será instalado um Play-ground provido de aparelhos de ginástica e diversões para a petisada. (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 10 de novembro de 1942, p. 10-11).

Outro Parque Infantil também estava sendo construído em Manaus na década de 1940: o Parque Infantil Ribeiro Júnior, segundo relata André Vidal de Araújo, na publicação de 30 de setembro de 1940:

Os primeiros trabalhos já ali, vêm sendo feitos nesse sentido pelos pequenos correcionais da Escola “Melo Matos”, juntamente com alguns meninos do bairro da Cachoeirinha. E porque o Juizado disponha de verbas diminutas para levantar tão grande utilidade, justo é que todos acorram ao encontro dos pequenos desamparados e lhes proporcionem as alegrias que eles desejam e têm direito de gozar. (AMAZONAS, Juízo Privativo dos Menores, 30 de setembro de 1940, p. 1).

Diante deste cenário, observamos que a preocupação com a infância do Amazonas tornou-se uma questão nacional, diante do fato de que, para Bonfim (2017), a sociedade brasileira era marcada por desigualdades em virtude do processo de urbanização, preocupação com formação de trabalhadores, exploração da força de trabalho, epidemias e alto índice de mortalidade.

Este fato pode ser observado nesta publicação do jornal “A manhã” da cidade do Rio de Janeiro, no dia 15 de janeiro de 1942, reproduzida no Diário Oficial do Amazonas com o título “Imigração e Colonização”:

[...] o principal problema Amazônico é da falta do braço trabalhador.

Escassíssima é a sua população, insuficiente para tirar da terra ferraz, das suas imensas florestas, dos seus seringais intermináveis, todas as riquezas que encerram.

Como remediar semelhante falta?

Pela imigração.

Mas como esta não é possível contar, conforme muito bem acentuou, em memorial endereçado ao sr. Presidente da República, a Associação Comercial de Manaus, dadas as características da região, sem condições apreciáveis de habitabilidade,

desprovida de assistência médica e educacional e onde a produção a realizar oferece frequentes síncope de preços, que tornam inapetecível qualquer aventura imigratória. [...] (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 24 de janeiro de 1942, p. 2).

O parque infantil Parque Dez de Novembro foi inaugurado na gestão do prefeito Antovila Vieira no dia 19 de abril de 1943, data natalícia do presidente Getúlio Vargas.

Com relação ao Parque Infantil Ribeiro Júnior, até o momento, não foram encontradas provas de uma inauguração do Parque, e sim do velódromo existente em suas dependências, construído pelo engenheiro Deodoro Freire, no dia 06 de setembro de 1944, a ser realizada às 20 horas como parte da programação de comemoração à Semana da Pátria. (JORNAL DO COMÉRCIO, 06 de setembro de 1944).

O velódromo receberia o nome de “Álvaro Maia” que, de acordo com Wanderlan Santos Mota em seu livro *Espaços Públicos de Lazer em Manaus: O papel das políticas públicas*, “Era o local de maior festividade da cidade e ponto de encontro das classes sociais mais favorecidas.” (MOTA, 2008, p. 71-72). Com isso, abrem-se as perspectivas de se pensar na possibilidade dos Pls estarem direcionados a aspectos culturais e urbanos de Manaus que pudessem atender tanto às crianças pobres e filhas de operários quanto às da elite.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltar os olhos para a história social e cultural do Amazonas exige um olhar atento e uma busca minuciosa e exaustiva, em virtude da escassez de documentos e produções que estudem o passado do Estado e da cidade de Manaus. Cada documento encontrado se constituiu em uma peça de um quebra-cabeça na tentativa de se entrever resquícios de um fragmento temporal.

A dificuldade de se pesquisar sobre um sujeito que não tem voz nos documentos leva ao desafio de percorrer sobre as instituições destinadas a atenderem as crianças, assim como as representações dos adultos junto a esse atendimento. Diante disso, os Pls se constituíram como uma dessas instituições no Estado Novo.

Ao analisar a história da educação da infância no Amazonas observamos que “Por trás dessa história invertida, e ao mesmo tempo fragmentada- já que, fazendo-se pelos indícios, ela multiplica os pontos de observação-, também surgem os problemas materiais e a crise de consciência da sociedade em que se escreve.” (SCHIMITT, 2005, p. 352).

Por isso, constatamos que a inauguração destes espaços, com destinação inicial à criança operária e menores desvalidos, foi tomando outras configurações com o passar do tempo. Parece que estes espaços foram ocupados posteriormente por classes mais abastadas, o que levanta a questão das políticas públicas frente à garantia do acesso da criança pobre a atividades de lazer.

Conseguimos aqui compreender que as políticas públicas, voltadas para a infância

das décadas de 1930 e 1940, chegaram ao Amazonas, como em efeito cascata: as políticas nacionais se materializando por meio de políticas regionais.

Contudo, infere-se que em virtude da falta de investimento e planejamento dos governantes, levando em consideração as características geográficas, sociais e culturais do Amazonas, estas políticas não atenderam plenamente à criança pobre que continuou marginalizada e carente de atendimentos básicos e essenciais de saúde, educação e lazer.

Por isso a relevância da compreensão dos serviços públicos voltados para a criança, como foram os Parques Infantis, na tentativa de retratar a história da educação do Amazonas, contribuindo para enriquecimento de estudos de acadêmicos, professores, alunos e da comunidade do Estado em geral.

REFERÊNCIAS

ABDANUR, Elizabeth. **Parques infantis de Mario de Andrade**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. SP, 36: 263-270, 1994.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Segunda-feira, 03 de maio de 1937, ano VLIV, número 12553. Estado Federal do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Segunda-feira, 19 de fevereiro de 1940, ano XLVII, número 13365. Estado Federal do Amazonas, p. 3.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Sábado, 24 de janeiro de 1942, ano XLIX, número 13935. Estado Federal do Amazonas, p. 2.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Terça-feira, 10 de novembro de 1942, ano XLIX, número 14169. Estado Federal do Amazonas, p. 8, 10-11.

AMAZONAS, Juízo Preventivo dos Menores. **Conselho de Assistência e Proteção aos Menores**. Segunda-feira, 30 de set. de 1940, ANO III, número 91. Estado Federal do Amazonas, p. 1.

BALSERA, Dávila P. **El Lugar la representación de la infancia em la Historia de la Educacion**. Espacio, Tiempo y Educacion. 2 (1), p. 7-16, 2015.

BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, Higienizar e Regenerar: Uma História da Eugenia no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. 228 p.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. **Educação pré-escolar e cultura**. São Paulo: Cortez, 1999.

DALBEN, André. Notas sobre a cidade de São Paulo e a natureza de seus parques urbanos. **Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, [s.l.], v. 8, n. 2, p.3-27, 11 dez. 2016. Trimestral. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/urbana.v8i2.8643241>. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/download/8643241/pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. 2.ed. Lisboa: Editorial Presença, Ltda. 1985.

GOBBI, Maria Aparecida. **Desenhos de outrora, desenhos de agora: o desenho das crianças pequenas no acervo Mário de Andrade**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GOMES, Christianne Luce. Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). **Tese de doutorado**. Belo Horizonte: UFMH/FaE, 2003.

GUEDES, Lizandra. **Novas velhas formas de dominação: os parques infantis e o novo projeto de dominação social**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: Leituras**. São Paulo : Cengage Learning, 2011.

HISIUNG, Ping-Chen. **A Tender Voyage: Children and Childhoo in Late Imperial China**. Califórnia: Stanford University; Chian Ching-kuo Foundation for International Scholarly Exchange, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, de 06 de setembro de 1944, p.4.

KUHLMANN Jr., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 5-18, mai/jun/jul/ago, 2000.

_____. A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. In: KUHLMANN JR., M.; FREITAS, M.C.de. (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés; FERNANDES, Fabiana Silva. Educação, cultura e infância no Parque Infantil paulistano (1947-1957). **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p.693-716, set. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/STIVENWSKY/Downloads/dialogo-14719.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2017.

MIRANDA, Nicanor. **Origem e propagação dos parques infantis, e parques de jogos**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Documentação. Folheto N.5. **1.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E 1.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE**. 1941. Disponível em: <http://http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_1.pdf >. Acesso em: 05 jan. 2018.

MOTA, Wanderlan Santos. **Espaços Públicos de Lazer em Manaus: O Papel das Políticas Públicas**. Manaus: Editora Valer, 2008.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Maria Walburga dos. **Educadora dos parques infantis de São Paulo: aspectos de sua formação e prática entre os anos de 1935 e 1955**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SOBRE O ORGANIZADOR

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme: Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-376-7

